



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IV - Nº 59 - 2ª Quinzena de outubro de 1993 - CR\$ 50,00 - Solidário CR\$ 100,00

Abaixo a Revisão Constitucional pró-imperialista

Ganhar as ruas em defesa da vida das massas

A Revisão Constitucional está em andamento. De nada adiantou as pressões limitadas feitas sobre o Congresso Nacional apodrecido e fisiológico. Também a via judiciária se mostrou um fiasco.

Os reformistas do PT, que dirigem a CUT, o PCdoB e PDT são parte da legalidade burguesa e do Congresso corrompido. Por isso, limitam sua ação às denúncias e às manifestações isoladas em Brasília. Evitam organizar um movimento nacional de luta de massa que se chocaria com o Parlamento, seus partidos e com o governo entreguista de Itamar.

Não será com demagogia e protestos inócuos, subordinados às instituições burguesas como a OAB, ABI, Igreja, etc, que brecaremos a ofensiva antinacional e antipopular do PSDB, PMDB, PFL, PPR e outros capachos do imperialismo. A burguesia prepara um ataque violento ao país e às massas, com a

entrega do petróleo, telecomunicações, energia e minerais e com a destruição de conquistas fundamentais, como a Previdência, aposentadoria por tempo de serviço, estabilidade do funcionalismo, etc.

Para se barrar esta ofensiva, somente uma luta geral e unificada dos explorados, tendo por base as reivindicações vitais como salário e emprego. Quebrar a revisão significa bloquear as pressões do imperialismo. Por isso, trata-se de uma luta antiimperialista. É preciso estruturar uma Frente Única Antiimperialista contra a revisão, o pagamento da dívida externa e pela reestatização das estatais privatizadas. O movimento operário deve exigir que a CUT rompa imediatamente com sua dependência ao Parlamento burguês e à política reformista do PT, cujo único interesse está na caça aos votos para as eleições de 1994.

Construamos a Frente Única Antiimperialista

Palestra-debate sobre a Revolução Russa de Outubro

No dia 23 de Outubro, a T.POR. fará uma palestra debate sobre a Revolução Russa, em comemoração aos seus 76 anos. Está se dará no quadro golpista, instalação da ditadura militar-policia de Yeltsin e de restauração capitalista.

A T.POR. irá expor os vínculos dos acontecimentos históricos que levaram a Revolução Proletária de Outubro a desembocar na restauração e no golpe militar. Discutirá as teses principais do leninismo e do estalinismo contra-revolucionário. E demonstrará os acertos das posições de Trotsky, continuador do leninismo.

O objetivo da palestra é o de defender o comunismo (sociedade sem classes), as conquistas da Revolução Russa e

construir o partido marxista no Brasil da IV Internacional a ser reconstruída.

Convidamos todos os trabalhadores para discutirem as idéias revolucionárias e cerrarem fileira contra o golpe reacionário de Yeltsin.

Viva a Revolução Russa!

Abaixo a ditadura restauracionista e pró-imperialista de Yeltsin!

Palestra-debate:
dia 23 de outubro, às 16 horas

Todo apoio à Somália e ao Haiti: Fora o imperialismo!

Reforma começa com fraude regimental

Os maiores partidos no Congresso pretendiam iniciar a reforma constitucional no último dia 7. Uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), concedida a parlamentares do PT, PDT, PSB e PCdoB, impediu a abertura dos trabalhos. O ministro Marco Aurélio Mello atendeu a reclamação de descumprimento do regimento interno do Congresso, baseado nos fatos que cercaram a sessão de leitura do projeto da revisão, em 22 de setembro. De fato, não havia quorum

na abertura da sessão do dia 22. E o ministro do STF estava autorizado pela Constituição a agir para garantir o cumprimento do regimento do legislativo.

Pressionado por ameaças explícitas de retaliação do legislativo (dos deputados José Carlos Aleluia (PFL-BA) e Nelson Jobim (PMDB-RS), por exemplo) que apontavam para a criação de mecanismos de controle do judiciário pelo legislativo, o STF voltou atrás e deixou passar a fraude.

O episódio mostra a disposição das principais frações burguesas em realizar a revisão constitucional a qualquer preço, mesmo que passando por cima da legalidade construída por eles mesmos. Evi-

denciou também a submissão do judiciário, que cedeu às pressões dos parlamentares para fechar os olhos às flagrantes irregularidades cometidas pelo presidente do congresso, Humberto Lucena, na sessão do dia 22/9.

A crise surgida entre judiciário e legislativo nesse episódio, resolvida a favor do legislativo e contra a legalidade, expõe a fragilidade da semi-democracia burguesa brasileira, que não é capaz de servir de canal para resolução dos conflitos interburgueses. Quando torna-se necessário, a própria burguesia trata de passar por cima das chamadas instituições democráticas.

O motivo da pressa: a pressão imperialista

O ministro Fernando Henrique voltou recentemente de uma viagem aos Estados Unidos, onde manteve discussões com credores e com o FMI. Viajou no último dia 12 para a Europa, para negociar dívidas com o chamado Clube de Paris. A coordenadora do parlamento britânico esteve no Brasil para a abertura dos trabalhos de revisão constitucional. Americanos, ingleses e franceses exigiram a mesma coisa de Fernando Henrique: que se realizasse a reforma

constitucional para que o governo possa ajustar seu caixa e pagar os compromissos da dívida externa e que se abrisse a economia para o capital estrangeiro.

Ajustar o caixa do governo significa: criar mais impostos, acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, acabar com o FGTS, acabar com as verbas mínimas destinadas aos serviços sociais (saúde, educação etc.), acabar com a estabilidade do funcionalismo e demitir em massa.

Abrir a economia ao capital estrangeiro significa: eliminar a distinção entre empresa nacional e estrangeira para que as multinacionais possam abocanhar o mercado interno e acabar com suas concorrentes nacionais, permitir a venda de estatais estratégicas como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, facultar a extração de

petróleo e outros minérios por empresas estrangeiras.

A pressa do imperialismo, que acoisa o governo e os partidos burgueses, vem da obrigatoriedade de se votar grande parte dessas questões ainda neste ano, para que possam ser aplicadas em 94. Caso contrário, serão discutidas em meio às eleições presidenciais, influenciadas por elas e só entrarão em vigor em 95. Isso impediria o cumprimento do pagamento dos compromissos com os credores externos e poderia limitar a profundidade da abertura de mercado.

Por isso, o relator da Revisão, Nelson Jobim, incluiu no projeto de regimento a possibilidade de aplicação imediata das questões votadas, uma a uma, revelando o verdadeiro caráter da revisão: atender às imposições do imperialismo.

Revisão, eleições e oportunismo

O calendário da revisão constitucional tem sido muito disputado, devido às eleições presidenciais e gerais que ocorrerão em 94. De um lado, Lula e Brizola têm se oposto à revisão agora.

Apostam na possibilidade de realizá-la sob a influência da campanha presidencial e do peso de milhões de votos. Pretendem limitar seu alcance, especialmente quanto à abertura da economia e entrega de estatais. Não querem governar limitados por uma Constituição imposta pelo congresso atual. No próprio

PT, entretanto, há forças que apóiam a revisão imediatamente. É o caso do deputado José Genofino. Para a direita petista, é melhor que a revisão ocorra já, o que livraria o futuro governo de enormes pressões para abrir a economia, entregar as estatais etc. Genofino avalia que o custo eleitoral dessas medidas seria pago pelo

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CE - CEP 60001-970**

congresso e governo atuais, e que Lula ficaria desobrigado de tomar as medidas de ataque direto à economia e aos trabalhadores.

Maluf e Sarney apostam na reforma

já. Desejam que o governo atual arque com os custos e custos das medidas de revisão e esperem chegar a um governo com as costas com o FMI e credores encaminhadas e com os ataques às con-

quistas sociais das massas já feitos. Planejam-se aproveitar dos benefícios eleitorais de um choque de contenção temporária da inflação, que prevêem para o início do ano.

Como enfrentar o entreguismo

Os partidos de esquerda realizaram manifestações de protesto no dia que o congresso aprovou o início da reforma constitucional. Essas manifestações não resultaram em nada. Os parlamentares esquerdistas também tentaram impedir a revisão apelando ao Supremo Tribunal Federal (STF). Depois de uma liminar legalmente concedida, o STF voltou atrás sob fortes pressões e a revisão começa mesmo com o não cumprimento do regimento do congresso.

O fato é que nenhuma medida institu-

cional será capaz de impedir a revisão. Não adiantarão manifestações de pressão sobre os parlamentares. Eles estão submetidos aos interesses dos grupos econômicos que os elegeram e que reivindicam a revisão, não aos eleitores. O Judiciário já mostrou que é incapaz de assegurar a própria legalidade, recuou diante da primeira pressão. Também atende aos interesses das frações burguesas.

Para impedir os ataques às conquistas sociais das massas e barrar a entrega da

economia e das estatais ao capital estrangeiro é preciso chamar a luta nacional de massa. Serão as greves, as ocupações, a ação direta dos movimentos operário e popular que poderão colocar-se à altura de impedir a realização das imposições do imperialismo.

Nacional

Um país submisso. Uma burguesia antinacional

O domínio do capital financeiro internacional sobre o Brasil é extraordinário. Cada vez que o governo brasileiro é convocado para rever a dívida externa, expõe com clareza a tamanha submissão ao FMI, que não passa de um comitê dos grandes bancos metropolitanos.

Um acontecimento inédito vem marcando essa nova rodada de negociações, ou melhor, de imposições dos credores. Um só capitalista norte-americano, dono da Dart Containers, produtora de isopor, copos, etc, obteve 1 bilhão de dólares da dívida brasileira, comprada no mercado de ações por baixo preço.

Isto foi o suficiente para o bilionário Kenneth Dart bloquear o acordo imposto pelos grandes bancos privados, tendo à frente o Citibank, um dos credores mais poderosos do Brasil. O especulador não aceita os 40% de bônus de desconto, que é menos favorável do que o chamado bônus de capitalização. Se as duas formas sangram o Brasil, a última é mais lucrativa para o agiota. Logo o Citibank acenou com a possibilidade de reduzir a porcentagem do bônus de desconto.

Mas não importa qual será a solução do impasse, porque de qualquer forma a espoliação está assegurada com a capitulação do governo Itamar e dos partidos burgueses que o sustentam. O que importa é que o fato evidencia como estamos nas mãos dos exploradores internacionais e dos entreguistas antinacionais deste governo.

As consequências da ausência de soberania real, plena, do país semicolonial são catastróficas. Uma parte significativa da produção, ou seja, do produto da profunda exploração do trabalho das massas, é entregue aos agiotas internacionais, que acumulam mais riqueza e poder de forma parasitária, enquanto que a economia semicolonial se desagrega e as massas são empurradas para o precipício da miséria.

Em grande parte a falência do Estado nacional se deve à dívida externa. Quando Fernando Henrique Cardoso diz que é preciso fazer uma reforma fiscal, quer dizer que é preciso aumentar impostos sobre a população e cortar investimentos públicos, para poder continuar pagando as contas com o FMI.

Recentemente, o governo foi obrigado a reconhecer que o estouro do déficit público se deve aos juros das dívidas externa e interna (esta também está ligada à dívida externa). Pelo acordo anterior, o Brasil pagava juros com vencimentos trimestrais e semestrais, agora paga mensalmente (Jornal do Brasil, 18.09).

Os economistas da própria burguesia analisam que os juros e amortizações pagos no período de 1983 à 1992, no valor de 135 bilhões de dólares, seriam suficientes para pagar salários mínimos a 20 milhões de trabalhadores desempregados ou subempregados, durante 9 anos. Um outro dado comparativo é que o governo aplicou neste período 57,5 bilhões de dólares em Educação, Saúde, Saneamento e Cultura, ou seja, menos da metade

do montante pago aos imperialistas. Não é por acaso que as doenças se proliferam com a miséria e a rede pública de saúde é transformada em sucata.

O extraordinário é que o imperialismo já não se contenta com este saque. Em função da crise mundial, procura valorizar o seu capital excedente, do qual faz parte a dívida externa, através de aquisição das estatais. Tem feito uma violenta pressão para o governo acelerar o Plano de Privatização, incluindo o petróleo, telecomunicações, energia e minerais.

A revisão constitucional responde ao interesse dos credores, que exigem a utilização dos títulos da dívida externa no seu "valor de face" (nominal), muito desvalorizados. Os partidos oficiais (PSDB, PMDB, PPR, PFL, etc) ao servirem de correia de transmissão dos interesses imperialistas, facilitam a ofensiva da opressão nacional. O grande capital ganha mais poderes e subordina mais ainda a economia do país, impondo-lhe as condições da crise mundial.

As massas é que recebem todo o peso da falência financeira do Estado, com a quebra da saúde, educação, recessão etc, da destruição de parte das forças produtivas (desemprego, rebaixamento salarial, etc).

Eis porque há um vínculo direto da luta antiimperialista pelo não pagamento da dívida externa, em defesa do estatismo contra o entreguismo e expropriação do grande monopólio com as reivindicações mais elementares como salário mínimo real, emprego a todos, saúde, educação, etc. Esta linha de combate só pode ser desenvolvida pelo proletariado, apoiado na maioria explorada.

A burocracia sindical e o reformismo petista vêm cedendo à ofensiva antinacional e facilitando o entreguismo, a exemplo da privatização dos portos, aço, petroquímica etc. Lutar contra o imperialismo implica se contrapor à tendência predominante no seio da burguesia, que arrasta a burocracia reformista, e rechaçar os vendilhões do movimento operário. A bandeira da construção de uma Frente Única Antiimperialista para breçar a opressão nacional se torna cada vez mais necessária.



Um ano do massacre na Casa de Detenção

A matança de 111 presos do Carandiru pela Polícia Militar já fez um ano. Não há nada que comemorar, mas sim denunciar a impunidade dos criminosos da covarde chacina. Logo depois do trágico dia 2 de outubro de 1992, falamos que a Comissão de Inquérito (CPI) formada para "apurar" os fatos era uma cortina de fumaça da legalidade burguesa para acobertar o que era totalmente evidente. Os 111 corpos, em parte trucidados por mordidas de cães, facadas e sarivada de tiros, diziam tudo da ação criminosa da PM. Foi uma chacina preparada pelos comandantes e exposta à luz do dia para todo o mundo.

O fato de nin-

guém ser punido, dos comandantes estarem muito bem protegidos, do Secretário da Segurança ter sido indicado por Fleury para compor os quadros do Tribunal de Justiça Criminal e do próprio governador posar de anjo, demonstra o quanto o Estado burguês está dominado pelo banditismo. Demonstra também o quanto o aparelho da repressão está penetrado da orientação homicida, típica do fascismo.

O Estado burguês está preparado para cometer a violência reacionária sem limites. A orientação militarista, inclusive terrorista, do Estado, não é uma simples questão administrativa, impressa pelos governos. Ela reflete a monumental crise social, que não pára de se agravar.

A pobreza das massas sempre foi grande, mas com a decomposição da economia capitalista vem alcançando níveis de barbárie. A burguesia ultraminoritária e concentradora da maior parte da riqueza se assenta numa massa de miseráveis, em que uma parcela crescente não tem como viver se-

não através de atos marginais. E os explorados que se encontram na produção estão obrigados a radicalizar a luta de classes, para conservar minimamente a sobrevivência. Eis porque enquanto o Estado se desfaz da Saúde, Educação etc incha o aparelho repressivo militar e orienta para a matança em massa. E a própria polícia, como prova o caso recente da chacina de Vigário Geral, é parte da marginalidade.

Esta condição de dupla face comprova a decomposição geral do Estado, cujas leis burguesas não podem disciplinar o aparelho repressivo. O assassinato do Carandiru foi uma obra de selvageria marcada pelo selo político militar do poder do Estado.

O fim dessa barbárie virá com o fim do capitalismo e destruição do Estado burguês pela revolução proletária. Mas é preciso lutar desde já contra a violência reacionária burguesa constituindo os Tribunais Populares para julgar os crimes do Estado e mobilizar as massas contra os exploradores socialmente criminosos.

Carandiru: Uma lembrança necessária

No momento da chacina do Carandiru ocorriam as eleições municipais. O PT concorria contra Paulo Maluf no segundo turno. O candidato Suplicy esperava o apoio do PMDB, partido do governador Fleury. Por essa razão, o PT se negou a responsabilizar diretamente Fleury e o PMDB, colocando seus interesses eleitorais acima do hediondo massacre dos presos.

Se o aparelho de repressão e as autoridades esconderam a chacina ocorrida um dia antes da eleição do 1.º turno, o PT com seu eleitoralismo ajudou abafar a responsabilidade criminosa do governador e do PMDB.

O máximo de pressão de cúpula que o partido fez, juntamente com a Igreja, OAB etc foi exigir a destituição do Secretário de Segurança. O afastamento deste foi providencial para Fleury, que se viu livre da responsabilidade. É assim que funciona o Estado burguês.

Para o poder central se manter livre dos atos criminosos do Estado tem uma vasta burocracia por ele montada. O mesmo ocorre em

relação à burguesia. O Estado lhe pertence e o governo é o seu governo contra a maioria explorada. A barbárie é cometida sem que os capitalistas aparentemente tenham responsabilidades, quando são a raiz da violência reacionária do Estado. É assim que ideologicamente os partidos burgueses, os governos e a própria burguesia se escondem perante a consciência dos explorados.

O PT, ao colaborar com o obscurantismo da responsabilidade de Fleury, se colocou na dependência da ditadura de classe da burguesia, que usa da democracia justamente para ludibriar as massas. Este é o destino do reformismo pequeno-burguês.



A corrupção é própria da política burguesa

A denúncia de que o PSD tem comprado parlamentares para aumentar sua bancada e assim alcançar o número exigido pela nova Lei Eleitoral para poder lançar candidato à presidência e a governador revela mais um escândalo de corrupção na política burguesa.

O deputado Onaires Moura (PSD-PR) foi acusado de oferecer até 85 mil dólares por um mandato. Frente a tais evidências, a Câmara dos Deputados não teve outra alternativa senão suspender a filiação de 13 parlamentares comprados.

Mas o escândalo não parou neste ponto. Por detrás do suborno do PSD, está o governador gorila de São Paulo, Fleury, acusado de se utilizar de uma empreiteira para fazer a intermediação. Este é mais um dos crimes de Fleury, candidato virtual do PMDB para as presidenciais, num

resário de processos de fa'catruas.

Não se passa um só dia em que não haja um novo escândalo, envolvendo personalidades da política burguesa. Esta compra de deputados para burlar a lei eleitoral reacionária, que favorece apenas os grandes partidos, expõe um elo da rede de corrupção que envolve todo o Estado.

Quando os reformistas do PT e toda a esquerda eleitoreira sacrificam a independência política dos explorados, submetendo-os à política eleitoral democrático-burguesa, não fazem mais do que sustentar as relações capitalistas apodrecidas, apesar de fazerem muita demagogia com a ética e a honestidade.

A política revolucionária do proletariado se dirige para varrer com o Estado burguês, com toda parafernália do poder

econômico e acabar com a corrupção. Cabe nos denunciar a corrupção da democracia burguesa, defender a convocação dos Tribunais Populares, convocados pelos sindicatos e correntes íntegras do movimento operário e independentes do Estado, para apurar as denúncias e se mobilizar para pôr abaixo os partidos e governos corrompidos. Uma das primeiras tarefas é a de expulsar este sujo do Fleury, que com uma mão saqueia o dinheiro público e com a outra esmaga a Educação, Saúde etc.

Nacional

Encontro da Frente Revolucionária (FR)

Nos dias 30 e 31 de Outubro se realizará, em S.P., o Encontro nacional da Frente Revolucionária. Na verdade, a FR não chegou a existir na prática. A coordenação nacional foi incapaz de se estruturar, as coordenações regionais se dissolveram, como em São Paulo, e os comitês de base, onde as correntes trabalhavam conjuntamente e fundidas com os movimentos, não foram organizados. O que revelou a indisposição da maioria dos participantes de organizar o trabalho comum foi a negativa em desenvolver o movimento contra o desemprego, aprovado na plenária nacional e regional de São Paulo.

A única maneira das correntes embrionárias potenciarem o trabalho frentista era responderem aos principais problemas políticos da luta de classes e se vincularem aos movimentos. A experiência mostrou que diante de tarefas concretas, como organizar os desempregados e direcionar a luta contra o desemprego para os sindicatos (fábricas), a maioria se mostrou resistente e diletante.

A Corrente Luta de Classes que puxou a Frente em São Paulo se omitiu na organização, não cumprindo os deveres elementares da militância. Agora, ficamos sabendo que tal agrupamento discute sua incorporação no PSTU, sem nunca ter colocado o problema para os companheiros da Frente Revolucionária, mas tendo sabotado a militância coletiva. Esta conduta comprova que seu rompimento com a Convergência Socialista foi oportunista, por

isso tende a voltar para seu seio. As críticas ao eleitoralismo do passado recente foram para o brejo. Vão atrás do PSTU que se arrasta por detrás da estratégia de um governo dos trabalhadores de Lula.

No fundo, a maioria das correntes são tributárias do democratismo e do eleitoralismo, por isso não se propõem a pôr em pé uma frente de luta de massa, baseada em comitês de ação revolucionária. A mesquinhez do eleitoralismo e do espírito de seita impedem se vincular às massas, ainda que se trate da tarefa mais difícil, porque é revolucionária.

O argumento de que a Frente não avançou porque o Manifesto representa as posições da T.POR, ou seja, do trotsquismo não resiste aos fatos. As idéias contidas levam à luta antiimperialista contra as desestatizações, ao combate pelas reivindicações essenciais, como emprego e salário, e à luta antiimperialista pela destruição do Estado burguês. O Manifesto delimita-se do reformismo e do eleitoralismo. Tal orientação permite o trabalho junto às massas e se opõe ao diletantismo, que predominou.

Se perguntamos o que justifica constituir uma Frente Revolucionária e qual o sua função, vamos verificar os seguintes pontos básicos: 1) Uma Frente Revolucionária se justifica pela necessidade de organizar um canal de combate de massa no interior do movimento operário e popular; 2) de se contrapor à barre-

ra da burocracia sindical reformista e direitista, que têm arruinado a CUT e os sindicatos; 3) de combater o eleitoralismo que desvia as massas de seu método de ação direta; 4) dar resposta à ofensiva capitalista e imperialista, levantando as bandeiras das massas oprimidas; 5) defender a soberania das assembleias e a unidade grevista dos movimentos; 6) desenvolver a bandeira de campanha nacional de luta, que centralize as massas contra o governo e sua burguesia.

Uma Frente com essas características, apoiada numa plataforma de luta, realizando um trabalho prático disciplinado, pode vir a se tornar num canal de luta de massa e evoluir politicamente, facilitando a vanguarda evoluir para a construção do partido da revolução proletária. Uma Frente dessa natureza avançaria para se transformar numa frente antiimperialista dos explorados. Esta linha é que foi sabotada e negada. É nisto que as correntes demonstraram suas divergências. É preciso ser francos. E não fazer como o Luta de Classes que escondeu suas posições, para finalmente revelar timidamente a volta ao PSTU.

O Encontro de Outubro já não é propriamente da Frente Revolucionária, que não se estruturou, mas dará um passo adiante caso reconheça este balanço e estabeleça um vínculo franco programático e de luta entre as organizações que permaneceram.



A longa greve do magistério paulista

Ampliar a ofensiva contra Fleury

Educação

Após algumas ações mais radicalizadas contra o governo, o magistério estadual vem aprovando a linha da diretoria da Apeoesp. Esta se volta prioritariamente para os Shows-atos, envolvendo as lideranças sindicais e conjuntos famosos. Esta via está na contramão das reais necessidades da classe, pois dilui a luta entre o professorado, extremamente proletarizado, e o governo peemedebista.

As últimas assembleias têm se caracterizado como uma grande festa de rua. O Vale do Anhangabaú tem sido o palco destes shows, servindo para amortecer o embate contra a política neoliberal de Fleury. Vota-se aquilo que a direção propõe sem nenhuma discussão mais apurada das outras propostas, para em seguida dar início à rotineira festa.

Enquanto o professo-

rado estiver sob esta orientação, o governo permanece comodamente e, acima de tudo, mantém a sua conduta intransigente de não atender as reivindicações. Quando a classe aprovou ações de enfrentamento (ida ao Palácio, bloqueios de grandes avenidas etc) o governo foi obrigado a apresentar contra-propostas e expor claramente sua face militarizada. Foi o momento em que o desgaste do PMDB aumentou e as contradições internas se afluaram.

O lado fraco do governo Fleury foi pouco explorado na greve, ou seja: de assassino do Carandiru e da brutal corrupção na qual está envolvido, a compra de deputados, de armas de Israel, das empreiteiras etc.

A grande mobilização do magistério tem todas as condições para pôr a nu as falcatruas de um governo corrupto, que está a serviço do grande capital estrangeiro e nacional e conseqüentemente em oposição às reais necessidades da escola pública. Esta se encontra toda sucateada e movida por uma categoria empobrecida, a tal ponto que uma parcela não tem mais condições econômicas de trabalhar todos os dias.

Os baixos salários (menos de 2 salários mínimos de fome) e os altos custos das passagens de ônibus, alugueis e tarifas públicas inviabilizam a permanência dos

docentes na escola.

O caminho da vitória da greve depende do rechaço às posições distracionistas da diretoria. Por essa via, vencerá o governo corrupto de Fleury, que imporá mais punições ao magistério, como a reposição de aulas no mês de janeiro, pagamento das reposições de aulas sem correção, a perda do 1/3 de férias etc. É preciso colocar o movimento grevista novamente no eixo correto, isto é, as grandes ações de rua combinadas com a pressão direta ao poder executivo.

Nesse sentido, a Corrente Proletária na Educação tem defendido insistentemente que é necessário enfrentar Fleury e para isso a ida ao Palácio é o meio para pressionar o atendimento imediato das reivindicações. Por isso, tem sido criticado duramente as posições liquidacionistas da greve, que eliminam o confronto entre os grevistas e a política neoliberal de destruição dos serviços públicos, imposta por Fleury.

É por isso que levantamos a bandeira do ensino público e gratuito e pelo fim de toda rede privada de ensino, como a forma conseqüente de se opor à privatização da escola pública e conquistar plenamente o piso salarial, calculado pelo Dicese, reposição total das perdas, reajustes automáticos de acordo com a inflação, pagamento no último dia do mês etc.

A conduta colaboracionista da Convergência Socialista

A Convergência Socialista, agrupamento majoritário do PSTU, vem ajudando a burocracia sindical a impor a política distracionista à greve do magistério. Na Assembleia em que se discutia a aprovação ou rejeição à proposta miserável do TRT, esta procurou confundir o professorado com a idéia de que a proposta do Juiz era dúvida. A diretoria da

Apeoesp aproveitou para dizer que para isso estava propondo emendas. Na verdade se opôs à caracterização de que a diretoria estava traíndo o movimento grevista com a aceitação da proposta do TRT.

Essa conduta da Convergência Socialista culminou com a defesa conjunta com a Articulação (diretoria) da assembleia do dia do professor na Vale do Anhangabaú, com o caráter de mais um Show, em oposição ao dia de luta, com bloqueio da Av 23 de Maio, ampla denúncia do governo e do sucateamento da escola pública.

A Corrente majoritária do PT, Articula-

ção, e o PSTU tem muito coisa em comum, uma delas é a defesa da candidatura de Lula para 94. Apesar de expulsos do PT, continuam com o eleitoralismo petista mais radicalizado. Nesse sentido, em nome das táticas evitam o acirramento da luta de classe. A greve é o momento importante porque expõe às claras as posições das correntes políticas.

A posição da Convergência Socialista de colaborar com as posições traidoras da burocracia da Apeoesp deve ser rechaçada pelo movimento de oposição, bem como pelo conjunto do professorado.



A ofensiva de Fleury

O governo sabiamente aproveita da fraqueza da diretoria da Apeoesp para impor mais ameaças e punições aos grevistas. Nesse final de semana publicou o calendário de reposição de aulas, obrigando os conselhos de escola se pronunciarem sobre ele. Para isso, jogou com o problema das séries terminais, que poderiam perder os vestibulares. Portanto, tocou num problema que afeta uma parcela de alunos, que quer concluir a oitava

série e o terceiro colegial. Por outro lado, fragiliza uma parte dos professores grevistas, que se sentem responsáveis pela perda do ano letivo.

Fleury também obriga os secretários de escolas a emitirem as portarias de demissões dos professores ACTs. Essa ameaça atinge aqueles que entraram no movimento pela pressão dos comandos de greve e encontram nessa medida punitiva uma justificativa para sair.

Manifesto Aos companheiros professores

1. A nossa greve, que já dura quase dois meses, tem como reivindicações centrais a exigência de uma política salarial, com reajustes automáticos de acordo com a inflação e a reposição de perdas salariais. Fleury utiliza de todos os meios para quebrar a enorme disposição de luta do professorado. Colocou a tropa de choque para impedir o direito de manifestação no Palácio e espancou covardemente os companheiros que se encontravam na vigília permanente em frente a Secretaria da Educação. Trata-se de um governo a serviço do grande capital nacional e estrangeiro, responsável pela implantação da política neoliberal, isto é, privatizações dos serviços públicos (saúde, educação). Para combater essa política é necessário que a greve assuma o caráter de enfrentamento. É a pressão direta sobre o poder executivo acompanhada da grande mobilização de rua que permitirá obter vitórias. Caso contrário, a ofensiva do governo peemedebista será mais forte e derrotará o movimento.

2. A defesa desse método de luta se choca com as propostas distracionistas da diretoria da Apeoesp. Se num primeiro momento da greve esteve pelas ações mais radicalizadas, agora se coloca frontalmente em oposição a elas. Haja vista, o combate ferrenho ao método da ocupação, do bloqueio da Av. 23 de Maio e da ida ao Palácio. O eixo da greve foi deslocado para os Shows-atos, utilizando para isso o cenário do Vale do Anhangabaú. Certamente, são métodos opostos que estão em debate na greve. A via apresentada pela diretoria só contribuirá para aumentar o desgaste e permitirá ampliar

a ofensiva reacionária de Fleury.

3. O direito de manifestação e expressão tem sido tolhido pela diretoria da Apeoesp. O discurso demagógico do presidente da entidade de que todos têm o direito de falar, criticar etc se esbarra na intervenção limitada de três minutos para cada proposta, enquanto a direção utiliza da tribuna para discursar por mais de uma hora. Com o acesso livre aos microfones, a diretoria vem criticando os métodos mais radicalizados de luta, bem como os seus proponentes. Acaba por identificar as ações mais radicais dos professores com a violência reacionária do governo. A sua conduta na última assembléia (9/10) de achincalhar os panfletos de correntes políticas que intervêm no movimento, é própria de pelegos direitistas, como Medeiros, etc.

4. A democracia sindical é o direito mais elementar dos trabalhadores. Isto significa a mais ampla liberdade de expressão e manifestação das idéias. Essa conquista do movimento operário não pode ser banida. Lutaremos com todas nossas forças na defesa da mais ampla democracia no interior do nosso movimento. O direito de expressão deve ser assegurado, bem como asseguraremos sempre a soberania das assembléias gerais.

5. É prática da burocracia sindical, geralmente nos momentos finais de greve, responsabilizar a derrota do movimento às Correntes que intervieram em oposição à sua política. Foi assim nas greves passadas e certamente será assim na atual. Não é de estranhar a conduta de

Como se vê, o governador utiliza o momento em que a greve sai do rumo das ações diretas e de massa para aumentar a ofensiva de quebra do movimento. Ao professorado cabe lutar mais do que nunca contra as punições e responsabilizar o governo do PMDB da inviabilidade do ano letivo.

incriminar os professores que defendem ações de enfrentamento. Por isso, age para desmoralizar todos aqueles que estiveram na frente das grandes ações contra Fleury. O mais grave é que utiliza do pacifismo burguês para rebater a violência reacionária do Estado. Não mede esforços para conclamar o professorado a condenar os métodos que são próprios dos trabalhadores, como as ocupações, bloqueios etc.

6. A Corrente Proletária na Educação lutará firmemente contra a traição da diretoria da Apeoesp e chama o professorado a rechaçar o pacifismo demagógico, através dos métodos de luta próprios dos trabalhadores. A vitória da greve depende da superação desta política distracionista traçada pela Articulação e seus satélites. Por isso, insistimos nas ações de massa do conjunto do professorado contra o governo peemedebista.

Corrente Proletária
na Educação
10/10/93



Eleição no CA de pedagogia da UECE

No final de setembro, ocorreram as eleições para o Centro Acadêmico de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). A importância da disputa entre quatro chapas está em que colocou para os estudantes a reconstrução do Centro Acadêmico como organismo de luta estudantil. A vitória de Causa Operária, com a chapa "Avançar a luta", pode comprometer este objetivo, uma vez que esta corrente já se demonstrou aparelhista e, nas eleições, apresentou-se com uma plataforma despolitizadora.

De forma geral, esta foi a conduta das chapas, que procuraram se apoiar no atraso e na despolitização ocorrida com a desagregação do Centro. Não faltou a utilização dos métodos eleitorais de persuasão (as festinhas), como substitutos da luta política pelo programa e pela elevação da consciência revolucionária dos estudantes.

A chapa da T.POR, Ação Direta, ainda que se constituísse num trabalho recente e embrionário, procurou se distinguir do eleitoralismo, do exitismo aparelhista e colocar o estudantado frente a frente com os principais problemas, como a liquidação do ensino público pelo capitalismo e a necessidade de se defender claramente a bandeira de estatização de todo sistema educacional, sob o controle dos estudantes, professores e pais.

A UECE é o exemplo mais claro de liquidação do ensino público e gratuito. Defendê-la significa dirigir-se para todo movimento estudantil. Mas não só isso. É necessário colocar os estudantes em confluência com o movimento das massas exploradas, particular-

mente o proletariado. Isto é dito claramente no Manifesto Ação Direta.

O Boletim "Avançar a Luta" (n1) em que Causa Operária apresenta seu programa é a prova da despolitização que denunciaremos, pois se limita a expor uma lista de reivindicações específicas, como se o problema se circunscrevesse ao concurso público, monitorias, bibliotecas, banheiros etc. Assim, os esquerdistas foram incapazes de colocar como eixo da campanha a defesa do ensino público, estatização de todo sistema de ensino, autonomia universitária e luta antiimperialista e anticapitalista. O exitismo eleitoral faz essas coisas.

Sem dúvida, as reivindicações básicas são importantes para a mobilização, mas como ponto de partida para a luta antiimperialista e anticapitalista. Ater-se a elas ou circunscrevê-las na plataforma eleitoral é cair no reformismo.

O fracasso da possibilidade de uma frente do POR com o PSTU foi bem exemplificativo. Esta corrente se contrapôs à bandeira de estatização de todas as escolas pagas, defendendo a bandeira distracionista e favorável aos donos de escolas particulares de "estatização das escolas falidas". De que adianta falar em "fim da escola paga", quando se nega a defender a via concreta da expropriação e estatização sem indenização do sistema particular, que atinge os domínios da Igreja? O oportunismo se esconde por detrás da abstração.

Finalmente, o problema do critério democrático de proporcionalidade na formação da direção, em que todas as correntes (chapas) que atingissem 10% seriam representadas, se transformou numa grande polêmica. Causa Operária denunciou que o plebiscito proposto para se implantar tal critério era golpe. Mas não fez o principal, que era se pronunciar contra ou a favor do princípio. Na verdade, utilizou, a denúncia de golpe para esconder sua posição contrária à proporcionalidade, um mecanismo fundamental da democracia sindical para se combater a burocratização e o divisionismo.

Terminadas as eleições, teremos uma nova experiência com Causa Operária, que com seu programa despolitizador se atera ao aparelhismo sindical. Esta é a nossa previsão. Trata-se do POR desenvolver a linha revolucionária e construir a Corrente Proletária Estudantil para superar a crise de direção.

Movimento Estudantil e Partidos Políticos

Publicamos o panfleto do POR publicado no processo eleitoral do CA de Pe-

dagogia da UECE

Partidos e Movimento

Muitos estudantes têm rejeitado a existência de "partidos políticos" no movimento estudantil. Esta rejeição tem suas raízes. Abordaremos dois aspectos:

Primeiro: os estudantes rejeitam as intrigas estéreis em que os militantes das diversas correntes afundaram o movimento, na verdade tais intrigas escondem uma disputa infernal pelo aparato (diretorias de entidades). Nossa corrente tem críticas a todas as outras, mas se esforça para fazer uma diferenciação revolucionária em vez de se misturar à baixaria reinante.

Segundo: os estudantes querem um movimento voltado para as questões imediatas e para estes o nível de discussão implementado é abstrato. Esta tendência reflete uma perigosa incompreensão política. Nossa corrente defende a ampla discussão das questões ligadas à conjuntura nacional e internacional, pois acredita que a universidade não está dentro de um aquário.

A universidade, assim como todo o sistema educacional, é um fenômeno superestrutural, isto é, está intimamente ligada à estrutura econômica da sociedade. Senão, veja a diferença entre as escolas instaladas em Campinas (UNICAMP) e no Ceará (UECE).

Na atual etapa histórica, tenhamos claro: luta corporativa é luta derrotada! Os estudantes não podem derrotar sozinho a política neoliberal dos governos que é de sucatear a educação. E também não podem se preocupar somente com o problema do sucateamento das escolas, mas também com o problema do desemprego e baixos salários que são oferecidos à juventude e outros problemas nacionais, por isto propomos os seguintes pontos:

.Abaixo o governo antinacional e antipopular de Itamar!

.Não pagamento das dívidas interna e externa para que sobre verbas a educação!

.Contra o salário dos escravocratas! Pela implantação de um salário mínimo de 500 dólares!

.Redução da jornada de trabalho para que todos trabalhem!

.Contra as privatizações e pela reestatização sem indenização das estatais!

.Por um governo operário e camponês!



Congresso de Reconstrução da UEE paulista

O Congresso de reconstrução da União Estadual dos Estudantes de São Paulo acontecerá sem grande participação da massa estudantil. Os critérios de eleição de delegados reproduzem os aplicados nos Congressos da UNE, que privilegiam a presença dos membros de diretorias de Centros Acadêmicos, os chamados "delegados natos". O quorum exigido para eleição de delegados em assembleias ou em votação por urna é elevado (10 e 20%, respectivamente), se levarmos em consideração que se aplica ao número de alunos matriculados, não aos frequentantes. Isso significa que chega a dobrar nas escolas públicas, onde o número de alunos fantasma é altíssimo. Assim, o Congresso estará sob domínio das correntes que dirigem as entidades.

A disputa do aparelho será travada então entre os petistas (apoiados pelo morenismo do PSTU) e os estalinistas (apoiados pelos oitistas do MR-8). Se se guiarem pelo que já votaram no último congresso da UNE, aprovarão uma política de conciliação com o governo, a burguesia e as escolas particulares.

A luta contra essa política conciliadora passa por defender desde as escolas uma política de independência de classe, revolucionária, para o movimento estudantil. No caso da UEE colocam-se, entre outros, a defesa dos seguintes pontos:

Abaixo Itamar e Fleury! O governo Itamar é continuísta em relação a Collor. Aplica a linha neoliberal imposta pelo imperialismo, que se traduz numa política antinacional e antipopular, de ataque às condições de vida das massas e entrega nacional. No que se refere à educação, o imperialismo pressiona para que todo o ensino de 2º e 3º graus sejam privatizados. Objetiva reduzir os gastos do Estado para que este possa manter os pagamentos dos compro-

missos da dívida externa. Tanto o governo federal quanto o estadual aplicam a linha de sucateamento das universidades, a fim de privatizá-las. Itamar e Fleury são inimigos jurados da educação pública e gratuita. Por isso, não há que vacilar em relação a eles: é preciso travar uma luta aberta contra esses governos. Não se trata de fazer mera oposição eleitoral, mas e chamar a ação direta contra eles, unindo-se à luta que levam funcionalismo e movimento operário.

Por uma campanha nacional de luta! Unidade com os outros setores oprimidos! O movimento estudantil, por mais força que adquira, não será capaz de derrotar o governo, a burguesia e a pressão do imperialismo sozinho. É preciso a unidade com os outros setores oprimidos da sociedade, em particular com o movimento operário, dado o papel central que ocupa na produção capitalista. Defender que as reivindicações estudantis se incluam numa plataforma de uma campanha nacional de luta de todos os setores oprimidos da sociedade contra a burguesia e o imperialismo.

Defesa real do ensino público e gratuito para todos, com o fim do ensino privado através da estatização das particulares, sob controle da comunidade. O ensino superior no Brasil está nas mãos das particulares. Estas pressionam para ocupar o espaço das escolas públicas, e pretendem a privatização. Não é possível haver ensino público e gratuito para todos enquanto existirem escolas particulares, porque uma concorre com a outra. O ensino é um direito democrático que num país atrasado como o Brasil a burguesia não é capaz de assegurar. Por isso defendemos a estatização das escolas particulares. Mas estas não podem ficar sob controle dos governos, comprometidos com os tubarões do ensino e aplicadores da linha privatista. Devem passar

ao controle da comunidade, sob governo tripartite (alunos, professores e funcionários) submetido às assembleias universitárias.

Autonomia universitária! A democracia na universidade não pode ser alcançada enquanto ela estiver sob controle dos governos burgueses e da burocracia universitária, que funciona como apêndice do Estado. Qualquer forma de estrutura da universidade que não se coloque com independência dos governos submeterá a mesma à intervenção do poder econômico. Por exemplo, de nada vale escolher pelo voto um reitor que estará subordinado ao governador e não terá que prestar contas à comunidade. É mera formalidade. E a defesa da universidade implica hoje na luta contra a política privatista dos governos. Por isso, a autonomia pressupõe governo tripartite revogável subordinado à assembleia universitária, independência do governo e sustentação econômica por este, dada por impostos cobrados aos capitalistas.

Conheça mais sobre nossas posições adquirindo o texto que estamos apresentando para o congresso

OPERAÇÃO
Educação



TÊXTEIS-SP: DIREÇÃO ABANDONA A CATEGORIA EM PLENA CAMPANHA SALARIAL.

Depois de um mês da assembléia inicial da campanha salarial, o sindicato retorna às fábricas com um boletim mostrando alguns pontos soltos da pauta, sem nenhum plano de luta, sem marcar a próxima assembléia. Na verdade a direção pelega de nosso sindicato está desenvolvendo a sua tática de fechar um acordo com os patrões rapidamente, sabendo que os patrões não estão dispostos a ceder nada e isto certamente ira atrapalhar a vida dos come-dorme da direção sindical.

O pior de tudo é que enquanto a direção tenta as suas maracutaías para afastar a categoria da campanha salarial, a situação da categoria piora a cada dia com o avanço da política de terceirização da patronal, como na Tapetes Bandeirantes, onde o pessoal da construção civil é contratado por

agências por apenas dois meses. Além disso, existem uma infinidade de problemas como na Minerva, do Grupo Guilherme Giorgio, onde obrigaram os operários a assinar uma lista concordando em reduzir a jornada de trabalho, reduzido o mísero salário de fome que nos pagam, ou como na Tapetes Bema, que fizeram demissões quando a produção estava baixa e agora com a produção a todo vapor se negaram a contratar fazendo com que os operários trabalhem em várias máquinas ao mesmo tempo.

A OPOSIÇÃO TÊXTIL afirma que existe a necessidade de fazermos uma campanha salarial de luta, que deve mobilizar toda a categoria a partir dos problemas que estão surgindo nas fábricas, e que este movimento deve ser transformando numa greve geral da categoria, única forma de arrancar dos patrões nossas reivindicações.

V Congresso dos Metalúrgicos de Osasco e Região Um congresso burocrático, a serviço dos patrões

Foi realizado nos dias 17,18 e 19 de setembro um congresso metalúrgico de Osasco e região. O pelego direitista da Força Sindical não priorizou a delegação eleita nas fábricas, portadoras das reais necessidades da classe. Participaram os apadrinhados de Medeiros e seus braços no interior das empresas.

Aprovou-se algumas resoluções como a pressão aos parlamentares na Revisão Constitucional. Diz o seguinte: "A categoria entende que a Constituição deve ser revisada, mas os trabalhadores devem se mobilizar e se organizar para assegurar os direitos conquistados. Por isso o Sindicato deverá (...) se empenhar na formação de uma frente nacional para a defesa dos interesses dos trabalhadores". Como se vê, tratou-se de referendar aquilo que Medeiros já vinha fazendo há tempos na frente burguesa "Decola Brasil".

A luta pelas conquistas do movimento operário, aposentadoria por tempo de serviço, estabilidade do funcionalismo, previdência estatal etc, não será assegurada numa Frente com o patronato e os partidos burgueses. O que a Força Sindical pretende é anular o poder da classe operária mobilizada,

substituindo-o pelas pressões inócuas no parlamento corrupto.

Sobre a terceirização, aprovou-se "dificultar o máximo a terceirização(...) nos casos onde for inevitável(...) a empresa contratada (terceira) deverá manter os mesmos benefícios concedidos aos trabalhadores pela empresa contratante (mãe)". Portanto, fica claro que não irá se opor à terceirização, quando esta já vem sendo implantada pelo patronato, destruindo milhares de empregos e aumentando a superexploração do trabalho.

Na questão do fim das horas-extras, faz uma defesa demagógica e limita a pressão por fábrica. Diz: "as horas-extraordinárias deverão ser eliminadas. Na empresa em que isto for impossível, a questão deverá ser discutida antes com o Sindicato". O problema da horas-extras só será resolvido com a mobilização geral da classe operária, pois implica num combate à política do patronato de diminuição de empregos e aumento da exploração do trabalho.

Uma coisa que não poderia faltar é o eleitoralismo. E, por isso, tratou-se imediatamente de lançar a candidatura de Claudio Magrão a deputado federal nas eleições do próximo ano. Com a cara deslavada disse "que essa candidatura é a garantia de participação e acompanhamento da categoria metalúrgica no Congresso Nacional". Veja para que serviu o V Congresso Metalúrgico. Certamente, para dar o pontapé da campanha milionária de um deputado federal.

Os metalúrgicos de Osasco e região deverão rechaçar a conduta miserável dos pelegos do sindicato. Para isso, é fundamental a construção do movimento de oposição metalúrgica. Um movimento assentado no programa classista em oposição à colaboração capital-trabalho. Um programa nascido das lutas reais da classe e impulsionado pelos métodos próprios dos trabalhadores, isto é, a ação

direta contra os patrões, o governo e os partidos burgueses. Para derrubar essa burocracia vendida só há um caminho: a construção de uma nova direção para os metalúrgicos.

Por um verdadeiro Congresso Operário dos metalúrgicos

Um congresso operário inicia com uma ampla preparação na base. É fruto das discussões no interior das fábricas e, por isso, deve ser parte da luta concreta. Os delegados são escolhidos pelos próprios trabalhadores nos locais de trabalho. Estes expressam as diferentes posições políticas e os métodos de combate.

O congresso é a instância máxima de decisão da classe. As resoluções aprovadas devem nortear a conduta da direção sindical para o próximo período. É preciso que haja a mais ampla democracia operária, desde a eleição dos delegados até a execução das resoluções aprovadas. Caso contrário, este não passará de uma extensão da burocracia sindical.

Um Congresso metalúrgico cumpriria hoje tarefas fundamentais, ou seja: unificar as campanhas de luta, para defender consequentemente os reajustes automáticos de acordo com a inflação, a estabilidade, o emprego a todos, a redução da jornada de trabalho e o salário mínimo real. É a forma privilegiada para a organização da classe operária para o enfrentamento direto contra o patronato. Nesse momento, sua realização seria um passo fundamental para pôr em movimento o operariado contra a política neoliberal, que tem imposto o desemprego, os baixos salários e as privatizações.

Pela importância que tem os metalúrgicos de uma cidade industrial como São Paulo, o congresso cumpriria a função de levantar o conjunto dos trabalhadores numa grande campanha nacional de luta contra a fome e a miséria.

Movimento Operário



Desemprego e jornada de trabalho

Em estudo encomendado, o Sindicato Metalúrgico do ABCD comprovou que as horas-extras têm crescido tanto a ponto de equivalerem 114.352 novos empregos. Foi constatado que dos um milhão, setecentos e dezessete mil trabalhadores na indústria, 44,4% realizaram hora-extras em julho, que representam 25.157.484 horas, portanto, 1,717 milhões de empregos.

Somente no setor metalúrgico, com 8 mil empresas e 350 mil operários, as horas-extras substituíram 21 mil novos empregos. Enquanto isso mais de 1 milhão estão desempregados no Estado de São Paulo. Munido destes dados, Vicentinho foi à Câmara Setorial negociar a abertura de empregos e redução das horas-extras. O presidente da Anfavea, Sr. Scheur, propôs o chamado trabalho temporário, que já está sendo praticado pelas agências de emprego (verdadeiras arapucas) e explicou que os operários não são contra a hora-extra, porque melhora o salário. O capitalista expôs com franqueza aquilo que os sindicalistas reformistas escondem.

As horas-extras são utilizadas para explorar mais a força de trabalho e os operários, além da pressão da ameaça de desemprego, sofrem a pressão dos baixos salários. Depois de uma jornada exaustiva

de 8 horas, se submetem a trabalhar mais 1,30 hora ou 2 horas a mais para sobreviver, ocupando o lugar daqueles que estão desempregados.

O acordo das Montadoras assinado por Vicentinho preserva o arrocho. Esta é a verdade. Defender o fim das horas-extras é correto, mas defendendo aumento salarial. Quanto ao trabalho temporário, nem os burocratas poderiam aceitar. Primeiro, porque significa empregar e demitir em seguida sem a obrigação da empresa pagar os encargos sociais. Segundo porque o objetivo final dos capitalistas é transformar todos os assalariados em trabalhadores temporários. Temporários já são, porque não há estabilidade, o que se pretende é extinguir os gastos com as demissões (aviso prévio, 13. salário, etc). É o que começou a fazer o governo Menem na Argentina, depois de privatizar tudo, dolarizar a economia (submeter à moeda estrangeira) e a crise capitalista continuar avançando (recessão, sucateamento, desemprego).

Diante desta ofensiva, os burocratas reformistas são incapazes de se contrapor com as bandeiras de emprego a todos e salário real. É preciso colocar para os trabalhadores empregados e desempregados as raízes da crise e demonstrar a necessidade da aplicação da escala móvel

das horas de trabalho, que significa dividir o total nacional das horas trabalhadas entre todos aqueles aptos ao serviço.

A jornada de 6 horas pode ser um ponto de partida de luta conseqüente, acompanhada de defesa do salário, como transição para a escala móvel. Isto para que as massas entendam concretamente a relação da jornada com o desemprego. E qual é a tendência do capitalismo no mundo inteiro? O desemprego crescente. Não há como amortecer essa tendência com pequenas migalhas. Os capitalistas vão impor seus métodos de exploração totalitariamente. A ilusão nas negociações prepara o caminho para os choques violentos. A CUT precisa romper com esta camisa de força do colaboracionismo praticado pela burocracia dirigente e se lançar numa grande campanha de unidade dos empregados e desempregados.

As eleições na Argentina

No dia 3 de outubro ocorreram as eleições na Argentina. O Comitê Construtor do POR argentino não apoiou a frente de esquerda por caracterizá-la como eleitoreira. Não se tratava de uma frente de luta para se opor à política neoliberal dos partidos burgueses. Ao contrário, era mais uma frente de disputa de cargos nas eleições. Essa frente chamada de FIT (Frente de Esquerda e dos Trabalhadores) era composta pelo MST (cisão do morenismo- Convergência Socialista) e PO (vinculado ao Causa Operária no Brasil). Por se conformar mais uma frente oportunista, o Comitê Construtor do POR Argentino chamou o voto nulo e lançou um manifesto de construção de uma verdadeira frente de luta e de massa contra a política antinacional e antipopular do governo e seus partidos.

Extraímos do artigo "Frente de Luta Já" alguns pontos fundamentais:

"A Frente de luta não é para pressionar os dirigentes traidores, mas sim para impulsionar a auto-organização

Com certeza que não há que esperar

que alguém nos convoque ou que nos venha a organizar de "fora ou de cima". É necessário autoorganizar-se desde as bases em cada setor, apoiando-se nos métodos de ação direta para impor nossas reivindicações..." Nossa consigna de Congresso de Bases só pode materializar-se desenvolvendo estes métodos.

"Da assembléia de base depende a força da luta"

"Qual é a base para impulsionar a auto-organização: a assembléia, aí reside em boa medida a força da luta. Restabelecer a assembléia desde as bases para poder impulsionar as lutas, que neste terreno se discutam as atividades, medidas e os objetivos. Que os principais afetados, interessados, sejam os que debatam como fazer, que coloquem como recuperar as velhas organizações ou decidam construir novas se aquelas já não servem..."

"Contra o legalismo e o democratismo"

"Há que combater o democratismo ou o legalismo...As regulamentações, as leis, não estão feitas para defender os interes-

ses dos trabalhadores e sim para impedir que se expressem independentemente...Qual quer luta, por mínima que seja, está violando a ordem legal. Quando se bloqueia uma rua ou se faz uma manifestação, se está rompendo a ordem da burguesia. Não há que temer: a condição para desenvolver a luta é violar o legalismo".

"Os métodos de luta"

"Há que insistir em que os métodos são próprios das massas, a greve, a mobilização, a ocupação, só com eles poderão impor-se as reivindicações. Diante da crescente violência e repressão aos trabalhadores e à população em geral devem discutir sua autodefesa,

Movimento Operário



Internacional

se necessário com piquetes armados. As petições podem ser úteis se estão a serviço daqueles métodos, não como um fim em si mesmo.

"Unidade e coordenação para lutar"

"A idéia de "Frente de Esquerda" está posta na medida dos processos eleitorais, de juntar mais votos, de conseguir a unidade só com esse objetivo. A unidade que necessitamos deve estar a

serviço da luta.

Para desenvolver a Frente de Luta há que fazer um esforço por coordenar já todos os que lutam. Romper com a mesquinhez daqueles que querem conservar seu quintal e não querem unificar as lutas com o argumento de que aquela é dirigida por este, que a outra está dirigida por aquele e assim manter isoladas as lutas, para que cada um possa capitalizar depois em votos seu papel "dirigente..."

Nessas condições, desenvolveremos a

luta contra o governo de fome, o desemprego, a entrega, a corrupção e a repressão. Contra a ditadura do capital. Pela destruição do Estado da burguesia. Nessa perspectiva construiremos a ferramenta política das massas para lutas por sua emancipação: o partido revolucionário e a frente única antiimperialista".

(Extraído do Jornal Massas- n.75- Órgão do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário)

Rússia: O golpe "democrático" termina em sangue

A ação do exército para esmagar a resistência do Parlamento ao golpe comprovou que não é possível a via pacífica para a restauração capitalista. Yeltsin demorou para esmagar os opositores porque não contou imediatamente com o apoio decisivo dos generais, que por sua vez temiam a reação das massas. Um levante da classe operária em defesa da resistência poderia dividir o exército e lançar a Rússia numa guerra civil imprevisível.

A ação isolada dos milicianos e de um pequeno contingente de manifestantes do antigo PC não obteve o resultado esperado de ganhar parte do exército e motivar as massas incrédulas. A vitória de Yeltsin se deveu mais à total fraqueza das lideranças da resistência, que não puderam contar com um levante das massas, do que à ca-

pacidade militar do golpe. Embora os entrincheirados do parlamento tenham demonstrado valentia, o seu passado político estalinista e suas raízes de burocracia do Estado impossibilitaram que o proletariado sáísse em sua defesa, ou seja, contra o golpe reacionário pró-imperialista.

Ficou provado que o PC estalinista já não tinha nenhuma identidade com as massas, pelo contrário, os anos de ditadura da casta burocrática criou ódio nos de baixo. Imperou a despolitização do proletariado, única força capaz de destruir o golpe totalitário de Yeltsin e reagir à restauração capitalista.

A ausência do partido revolucionário no seio das massas russas e a total decomposição do estalinismo em várias frações permitiram que a ala restauracionista mais decidida e mais vendida ao imperialismo triunfasse nesse choque. Esta experiência obrigará as massas se moverem e o proletariado se politizar.

A restauração da sociedade de classes não se dará através dos métodos democráticos. Será necessário uma ditadura fascista que liquide fisicamente qualquer reação. O golpe de Yeltsin abre caminho para isso.

É preciso que fique claro que a ditadura pró-capitalista nasceu no bojo das "reformas democráticas" de Gorbachev, que como Yeltsin objetiva a implantação da economia de mercado, ou seja, do capi-

talismo. A Glasnost/Perestroika se constituiu em instrumento pacífico de reformas burguesas (liquidação da propriedade estatal dos meios de produção, do monopólio do comércio exterior, centralização do capital financeiro e nacionalização das terras). O seu fracasso deu lugar ao golpe e ao totalitarismo pró-imperialista.

Está claro que a democracia burguesa se transforma em ditadura sanguinária de acordo com os interesses em choque e da necessidade do triunfo do capital a todo custo. A marcha da restauração, com choques preparados pelo vendido Yegor Gaidar, potencializará a contradição entre as massas e a burocracia totalitária, que tem por função reconstituir a classe capitalista varrida pela Revolução Proletária de 1917.

A máscara parlamentar que Yeltsin prepara para a sua ditadura não poderá suportar a reação das massas, que, frente ao ataque às suas condições de vida e à entrega do país ao capital multinacional, sairão instintivamente contra a restauração. Isto não supera por si só a necessidade da construção do partido leninista da revolução política, ou seja, o partido da IV Internacional. A vanguarda proletária do mundo todo está chamada a defender as bases da revolução russa e a trabalhar pela derrubada da ditadura restauracionista.

